

1

A pedra que canta

Itaipu, a usina gigantesca, incluída entre as maravilhas do mundo moderno, continua provocando sentimentos e reações controversos. Elefante branco! Esse o apelido pejorativo dado à usina já durante a sua construção, na década de 1970. Alguns o atribuem a fatores ambientais. Mas, naquele período, o meio ambiente ainda não tinha o prestígio de hoje e eram pouco questionados os efeitos negativos de qualquer tipo de obra. Muito dessa adjetivação pejorativa pelo lado brasileiro vem do fato de que Itaipu foi construída durante o governo militar. Os indígenas são mais sensíveis. Para eles, Itaipu é “a pedra que canta”.

Hoje, no entanto, ninguém se preocuparia em catalogar Itaipu como um paquiderme inútil. No máximo se pode dizer que foi responsável por parte ponderável da imensa dívida externa acumulada pelo país nas últimas décadas. Ainda assim, mesmo os mais críticos admitem, deve ser incluída entre as “dívidas boas”. Ou seja, aquelas

que, de alguma maneira, produziram efeitos positivos na lenta e exaustiva caminhada para tirar o país do subdesenvolvimento crônico.

Afinal, depois de quase três décadas de existência e de funcionamento, a hidrelétrica, localizada no rio Paraná, na divisa entre o Brasil e o Paraguai, é responsável pelo fornecimento de cerca de 20% da energia consumida pelos brasileiros e por quase 92% da demanda paraguaia.

Itaipu tem uma história já antiga. Tem datas. Algumas comemoradas muito discretamente pelos seus “veteranos”, outras, a maioria delas, já totalmente cobertas por camadas de esquecimento. O dia 20 de outubro de 1978, por exemplo – já lá se vão 30 anos, foi um grande marco na construção de Itaipu. Nesse dia, foi aberto o canal de desvio do rio Paraná, que permitiu secar um trecho do leito original do rio para ali ser construída a barragem principal, em concreto.

Outra data importante, na área diplomática, foi a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Paraguai e Argentina, em 19 de outubro de 1979, para aproveitamento dos recursos hidráulicos no trecho do rio Paraná, desde as Sete Quedas até a foz do rio da Prata. Esse acordo estabeleceu os níveis do rio e as variações permitidas para os diferentes empreendimentos hidrelétricos na bacia comum aos três países.

Em 13 de outubro de 1982, com a conclusão das obras da barragem de Itaipu, as comportas do canal de desvio foram fechadas e começou a ser formado o reservatório da usina. O lago de Itaipu foi formado em apenas 14 dias. Nesse período, graças a uma fase de chuvas atípicas na região, as águas subiram 100 metros e chegaram rapidamente ao topo do vertedouro às 10 horas da manhã do dia 27 de outubro.

Falar em hidrelétricas ainda pode parecer um sacrilégio para alguns defensores radicais do meio ambiente. Em maio de 2006, um relatório oficial afirmava que metade das centrais aprovadas pelo governo estava bloqueada por ações judiciais, na maioria dos casos por problemas ambientais. Mas ainda hoje o governo brasileiro se apóia na energia hidráulica como a mais importante para o sistema de abastecimento de energia. Estão aí os leilões do rio Madeira para confirmar.

Seria importante lembrar que, embora seja apenas o sétimo do Brasil em tamanho, o reservatório de Itaipu tem o maior aproveitamento em relação à área inundada. Para a potência instalada de 14.000 MW, foram alagados apenas 1.350 km².

Os reservatórios das usinas de Sobradinho, Tucuruí, Porto Primavera, Balbina, Serra da Mesa e Furnas são maiores do que o de Itaipu, mas todos perdem na relação área inundada/capacidade instalada. A usina que mais produz, Tucuruí, tem capacidade instalada de 4.240 MW, mas houve necessidade de inundar uma área de 2.430 km². Itaipu é beneficiada, ainda, por ser a última usina da bacia do Paraná classificada como a “fio d’água”, isto é, utiliza toda a água que chega ao reservatório, mantendo uma reserva mínima para garantir a operacionalidade.

Ao longo deste livro, o leitor perceberá que, mais do que uma proeza de engenharia, Itaipu foi uma extraordinária realização em termos de planejamento e programação financeira. Inclusive pelo ineditismo de se tratar de uma empreitada entre dois países em diferentes estágios de desenvolvimento econômico. No aspecto financeiro, o projeto Itaipu passou por grandes percalços e teve de adaptar-se a cenários que o tempo ia alterando.

Seu custo fora estimado em US\$ 2 bilhões, depois US\$ 3,5 bilhões, inclusive em função de mudanças no próprio projeto. Ele previa, de início, a instalação de apenas 14 máquinas. Hoje, são 20.

As dúvidas, as críticas e os questionamentos em torno de Itaipu pareciam ser coisa do passado, e de um passado remoto. O potencial de Itaipu põe a usina no topo das hidrelétricas de todo o mundo, com uma capacidade de gerar mais de 90 bilhões de kWh por ano. Esse *status* será mantido mesmo depois da construção da usina chinesa de Três Gargantas, que, apesar da capacidade total de 18.200 MW, terá condições de gerar 86,7 bilhões de kWh por ano.

Graças a esses números, em 1995 Itaipu foi listada pela Associação Americana de Engenheiros Civis como uma das sete maravilhas do mundo moderno, em pesquisa publicada pela revista americana *Popular Mechanics*. A obra de Itaipu figurou ao lado da ponte *Golden Gate* (EUA); do canal do Panamá, que liga o oceano Atlântico ao Pacífico; do Eurotúnel, que une França e Grã-Bretanha sob o canal da Mancha; dos Projetos do Mar do Norte para o Controle das Águas (Países Baixos); do edifício *Empire State* (EUA) e da torre da *Canadian National* (Canadá). A ideia dos editores da revista era elaborar uma espécie de versão moderna das sete maravilhas do mundo, listadas pelo grego Antípater no ano 240 antes de Cristo.

Em 1990, quando iniciamos este trabalho, pretendíamos falar da epopeia que foi a idealização, a formatação financeira e finalmente a construção dessa obra. Ela recebeu, entre 1977 e 2005, quase 13 milhões de visitantes, procedentes de 168 países, todos, sem exceção, impactados pelo que viram.

Um dos capítulos intitulava-se “O planejamento do planejamento”. Serviria para mostrar aos que hoje governam este país que planejar é possível. Mais do que isso, no que diz respeito à energia, força motriz de todo desenvolvimento, planejar é preciso. Que tudo começa por aí. Esse livro era para ser sobre gente, homens e suas proezas. A grande maioria deles, fossem civis ou militares, empenhados em trabalhar para um Brasil melhor e maior.

Mas, subitamente, Itaipu voltou às manchetes dos jornais. A usina que só faz gerar energia passou a ser um obstáculo de toneladas de concreto colocado diante da possibilidade de integração continental. Justamente Itaipu, que, na verdade, foi precursora do Mercosul e de todas as iniciativas para aproximar países de história tão diferentes e ao mesmo tempo tão semelhantes.

O atual presidente do Brasil, até pelas suas origens, não é homem de um vocabulário exatamente rico. No entanto, se existe uma palavra capaz de motivá-lo, de aguçar sua já agudíssima percepção, essa palavra é “integração”. Seja do subcontinente ou da América Latina, a palavra integração – que em última análise significa somar esforços – soa como música aos ouvidos desse ex-sindicalista de origem humilde mas de biografia gloriosa.

Num recente encontro com dezenas de empresários, o presidente brasileiro lembrou que muita coisa está mudando na face da terra. Citou como exemplos dessas mudanças a então provável eleição de um negro para a presidência dos Estados Unidos, a eleição de um índio na Bolívia, a reeleição de um líder sindical no Brasil e a eleição de um bispo no Paraguai.

A eleição de Fernando Lugo no Paraguai deve ser comemorada por todos os defensores da democracia. A vitória do ex-bispo pode ser o anúncio de novos ares num ambiente contaminado por décadas de autoritarismo e de corrupção patrocinada pela aliança de políticos com militares. No entanto, sua campanha eleitoral foi marcada por um estilo que lembrou o radicalismo de um Hugo Chávez, ou um espírito de revanche de um Evo Morales.

Na mesma linha que genericamente poderíamos chamar de “nacionalismo de esquerda”, o presidente do Equador, Rafael Correa, anunciava, na primeira segunda-feira de outubro de 2008, a revogação dos contratos com a Odebrecht e Furnas S.A. Essas duas empresas estavam empenhadas em uma obra, uma na construção – a Odebrecht – outra na supervisão – Furnas –, de uma hidrelétrica na localidade de San Francisco que teria apresentado problemas técnicos. Dois funcionários da empresa Odebrecht foram obrigados a pedir asilo na embaixada do Brasil. O secretário nacional Anticorrupção do Equador, Alfredo Vera, deu uma entrevista coletiva acusando a empresa de cometer irregularidades. Dois dias depois, o presidente Rafael Correa ameaçou romper com a Petrobras, exigindo que a empresa brasileira fosse considerada apenas uma prestadora de serviços ao governo equatoriano.

Finalmente, no dia 20 de novembro, Rafael Correa, talvez sem saber o que estava fazendo, batia seus tambores de guerra. O presidente equatoriano fez questão de anunciar pessoalmente que naquela quarta-feira o Equador estava entrando com uma ação na Câmara de Comércio de Paris para não pagar US\$ 243 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o nosso BNDES, que financiou a obra. No mesmo dia, por incrível coincidência, o Itamaraty recebia nota

de protesto formal contra a violação do território paraguaio por soldados do Exército Brasileiro.

Segundo o governo paraguaio, 30 soldados, comandados por um capitão, protegidos por dois blindados Cascavel e quatro jipes, atravessaram a fronteira no município de Salto do Guairá. Foram barrados pelo comandante do *Regimento de Caballeria*, coronel Pastor Ferreira, acompanhado por marinheiros e policiais. O embaixador brasileiro foi rápido em esclarecer à chancelaria paraguaia que tudo não passava de um equívoco, relativamente comum em faixas de fronteiras secas. Os 30 soldados estavam em missão contra os contrabandistas de drogas. E desculpou-se, também pessoalmente, junto ao chanceler Alejandro Hamed Franco.

O episódio da “invasão” do Paraguai poderia ser qualificado como sem importância, até ridículo. Tanto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sequer atendeu um telefonema de Lugo. Já a investida de Rafael Correa contra o BNDES parece mais grave. Chamar de volta ao país um embaixador é a terceira etapa dos procedimentos diplomáticos em casos de conflito. A primeira é a manifestação através de nota oficial. A segunda é convocar o embaixador do país que fez a ofensa para se explicar junto à nossa chancelaria. A terceira etapa é trazer de volta o embaixador. A próxima, que não irá acontecer, porque o Equador parece ter entendido o recado, seria o rompimento de relações.

Esses episódios, menores na aparência, sinalizam pendores “nacionalistas” de alguns líderes sul-americanos que só contribuem, na verdade, para afastar as nações do subcontinente umas das outras. E servem, ainda, para apontar para o Brasil, o maior país da região, um dedo acusador: imperialistas!

Na campanha eleitoral do presidente Lugo, no Paraguai, que tomou posse em 15 de agosto de 2008, a usina de Itaipu foi usada como forte argumento para a derrota do Partido Colorado, que há mais de 60 anos controlava direta ou indiretamente o país. Desde o início das escaramuças eleitorais no Paraguai para a sucessão do presidente Nicanor Soares, o *ABC Color*, principal veículo da mídia impressa e televisiva do país, vinha publicando editoriais acusando Itaipu de ser um instrumento de “espoliação” brasileiro.

Num trecho publicado na primeira página, em 20 de maio de 2007, o jornal escrevia: “Lula sabe perfeitamente que o infame Tratado de Itaipu, escrito pelas costas do povo paraguaio há três décadas, sistematizou o saque, por parte do Brasil, do recurso natural mais importante de que dispõe nosso país para impulsionar seu desenvolvimento e progresso social”. Referia-se ao potencial gerador de energia do rio Paraná.

No mesmo editorial, o *ABC Color* definia o Tratado como “um roubo descarado”. E dizia que “era intolerável que dos 45.000 MWh por ano que pertenciam ao Paraguai, o país consumisse apenas 7.000 MWh e fosse obrigado a repassar para o Brasil todo o resto de energia. Vai mais longe o redator desse editorial de primeira página do jornal de maior circulação no Paraguai. Afirma que a dívida de Itaipu nunca poderá ser paga. E que, em face do crescimento dessa dívida que seu país tem com a Eletrobrás, logo o Brasil reclamaria Itaipu como sendo apenas dele, afastando o “sócio” paraguaio. Não parou aí. Disse que esse, sem dúvida, “*es el oculto objetivo definitivo de tan repudiable maniobra*”.

As consequências desse posicionamento de suspeições e desconfianças prevalecem em grande parte da opinião pública paraguaia, decorrência de antigos ressentimentos. Alguns sobrevivem mais de 100 anos depois

da Guerra do Paraguai. Outros nasceram de posicionamentos que apontam uma vocação “entreguista” dos 35 anos de governo do general Alfredo Stroessner.

O fato é que as palavras usadas pelo bispo Lugo durante a campanha ainda se fazem sentir, apesar da moderação de suas declarações mais recentes. Na campanha, Lugo insistia, em função da necessidade de conquistar votos, que os termos do Tratado de Itaipu eram prejudiciais ao Paraguai. Uma vez eleito, mudou um pouco de tom. Disse que pretende manter um relacionamento sério e amistoso com o Brasil.

Mas as sementes da discórdia plantadas durante a campanha eleitoral continuam a germinar. Não é apenas Itaipu. São também os brasileiros que adquiriram terras para produzir riquezas no Paraguai. Esses brasileiros não “invadiram” o Paraguai. Não podem ser vistos como “imperialistas”. A não ser que se atribua aos imigrantes italianos que vieram para São Paulo no início do século passado essa qualificação. Eles estão no Paraguai como cidadãos, trabalhando, pagando impostos, respeitando as leis paraguaias. E são ameaçados pelo movimento dos “campesinos”, que adotaram a prática de queimar bandeiras brasileiras durante suas manifestações.

Não deveria existir diferença, por exemplo, entre um brasileiro, em geral nascido no Rio Grande do Sul, que saiu de sua pequena propriedade em busca de terras melhores e mais baratas e foi encontrá-las nos arredores de General Resquín, departamento de San Pedro, a 350 km a leste de Assunção, e outro gaúcho, que, pelo mesmo motivo, foi plantar soja no longínquo estado de Roraima, acima da linha do Equador.

A lição que se tira desses lamentáveis episódios, sejam as manifestações de empáfia de Hugo Chávez, sejam os tra-

tores ou a bandeira brasileira queimados por “sem-terras” paraguaios na fazenda dos chamados “brasiguaios”, é que o processo de integração sul-americana necessita de regras bem definidas. E não será fácil encontrar pessoas, instaladas no poder, dispostas a definir e respeitar essas regras.

No dia 5 de novembro de 2008, 53 sem-terras e cinco policiais ficaram feridos por balas de borracha e por casquetes, no centro de Assunção, quando se preparavam para invadir o edifício onde se localiza a Procuradoria-Geral do Estado. Sobre a repressão violenta, o ministro do Interior limitou-se a dizer que “aparentemente um agitador campesino iniciou o enfrentamento com os policiais”. E prometeu investigar os fatos.

Dias antes, um dirigente da Frente Social e Popular, a coalizão de partidos de esquerda que foi decisiva na eleição de Fernando Lugo, disse que, se necessário, eles iriam “dissolver o Congresso”, onde o presidente não tem maioria nem na Câmara nem no Senado. Acabou preso por apologia ao crime. Outro líder dos “campesinos”, Belarmino Balbuena, disse que o plano dos manifestantes de 5 de novembro era seguir até o Palácio da Justiça para exigir a renúncia dos nove ministros, que, segundo ele, “pertencem ao passado”.

Apesar dos sucessivos gestos de boa vontade do presidente Lula, a verdade é que essa integração sul-americana não passa, por enquanto, de amizade ocasional entre este ou aquele presidente. Não se visualiza nela, com clareza, nem mesmo uma rigidez ideológica, a não ser a intenção vaga de defender os menos favorecidos com a implantação de regimes que busquem uma maior igualdade social.

Fica clara também a impressão de que não se trata de amizades gratuitas. Na realidade, a aproximação de

governos de esquerda – ou que se imaginam de esquerda – no subcontinente funciona como um cordão de isolamento e proteção mútua contra o “golpismo”, prática muito comum nesta região.

Num encontro em Brasília, em setembro de 2008, Lugo havia assegurado ao seu amigo Luiz Inácio Lula da Silva que os brasileiros não seriam expulsos do Paraguai. O que não impediu, dias depois, o líder do grupo de esquerda *Productores de San Pedro-Norte* de dar um prazo de oito dias para que os “sojeiros” brasileiros desocupassem suas terras.

Na última semana de outubro de 2008, o Exército do Brasil deu início a manobras na região da fronteira. Oficialmente, era para combater tráfico de drogas e contrabando. A imprensa guarani abespinhou-se. Seria mais uma demonstração de força do grandalhão Brasil diante do frágil e pequeno Paraguai. Talvez o momento fosse inoportuno para manobras desse tipo. O Ministério das Relações Exteriores do Paraguai manifestou sua estranheza e solicitou que, no futuro, tais exercícios militares fossem comunicados com a devida antecedência.

Como se vê, os caminhos para se chegar a uma “ideologia contra a pobreza” no continente ainda não estão definidos. E exceto pela condenação quase generalizada do neoliberalismo, podem apresentar ainda várias alternativas.

Na Venezuela, o presidente Hugo Chávez nacionaliza petroleiras estrangeiras em nome de algo chamado de “socialismo do século XXI”, que ainda não se sabe bem o que significa, se estatização paulatina de todos os meios de produção, ou apenas tentativas pontuais de trazer maiores recursos para o erário público. Prevalecem, por enquanto, afinidades pessoais, filtradas, é claro, por interesses comuns.

No dia 30 de agosto de 2008, num encontro de líderes sul-americanos, Lula pediu informalmente ao presidente da Bolívia, Evo Morales, que acelerasse a execução das obras financiadas naquele país pelo BNDES. Reservadamente, Lula disse a Evo que se não se concretizassem as primeiras etapas planejadas para a Via Interoceânica, que ligará o Atlântico ao Pacífico, não teria meios para obter novos investimentos no país. Um pedido de amigo para amigo, nada além disso.

Já Fernando Lugo, o mais novo representante do grupo que alguns comemoram como “a nova esquerda” sul-americana, muito antes de completar 100 dias de governo, deixava o país num momento de extrema tensão política e partia para aventuras como visitar o quase ex-presidente Bush, dos Estados Unidos, de onde seguiu para uma reunião de cúpula em El Salvador e daí para o México. Isso lhe valeu críticas da direita e da esquerda, além de ser chamado de “Bin Laden Voador”, na manchete de um diário de Assunção, pois deixava o país numa situação explosiva.

É óbvio que a qualquer governo não interessa ter bolsões de pobreza ou injustiça social em suas vizinhanças. Os episódios recorrentes na fronteira dos Estados Unidos com o México, ou mesmo os imigrantes africanos que tentam aportar na Espanha ou na Itália, provam isso. Na América do Sul, a política adotada pelo Itamaraty segue o lema “investir para integrar”. No entanto, de acordo com dados do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), no primeiro trimestre de 2008 os países que lideram projetos de investimento brasileiros são exatamente os que menos precisariam deles: Argentina, Uruguai, Colômbia, Peru e Chile.

Uma vez admitido que pudesse existir no continente uma “pátria-mãe”, um gigante sul-americano que assu-

misse o papel de responsável pelo desenvolvimento regional, seria inevitável que países como o Paraguai e a Bolívia exigissem maiores atenções. Ocorre que os chamados “fatores ideológicos”, como o “socialismo do século XXI”, de Hugo Chávez, acabam por complicar essa situação.

O “chavismo” é um elemento novo, introduzido há pouco na integração da América do Sul. E não é um elemento neutro. Hugo Chávez baseia suas ações num duplo antagonismo, à globalização e, principalmente, aos Estados Unidos. Apesar da atual crise financeira internacional, ambos continuam fortíssimos.

É indiscutível que nas recentes atitudes de Rafael Correa, ou de Morales na Bolívia, se enxerga uma agenda difusa desse socialismo do século XXI de Hugo Chávez. Sem falar numa certa “espetacularização” e nos efeitos teatrais dos gestos.

Com tais ingredientes, esse novo direcionamento da integração sul-americana ainda não foi bem digerido pelo governo brasileiro. Sequer foi suficientemente analisado pelo Itamaraty. É óbvio que, como disse o presidente Lugo na OEA, devemos tirar das prateleiras os discursos pela melhor distribuição de renda e colocá-los em prática. Nesse mesmo encontro na OEA, Lugo chamou a atenção para a necessidade de substituir políticas meramente assistencialistas por um pacote estrutural de medidas. E evitou mencionar Itaipu.

Para uma verdadeira integração entre os países da América do Sul seria necessário que todos os governantes visualizassem que seus problemas têm basicamente a mesma origem. Má distribuição de renda, corrupção, mau uso de recursos públicos, problemas de saneamento, educação e saúde. E que todos eles admitissem que pas-

saram por regimes totalitários em que essas demandas dos movimentos sociais estiveram represadas por décadas. O Brasil “assusta” os vizinhos pelo seu tamanho. Mas apresenta, como eles, esses problemas. Algumas vezes em menor escala. Em outras comparações, numa escala muito maior.

No caso de Itaipu, que é metade brasileira, metade paraguaia, que se reconheça que a usina jamais se tornaria viável sem a presença dos nossos recursos. Itaipu não poderá jamais ser encarada como uma empreitada comercial. Tanto a Ata como o Tratado de Itaipu prevêem que a energia não utilizada por um dos condôminos só poderá ser usada pelo outro, negociada “a preços justos” e não acompanhando as oscilações do mercado.

A usina também não existiria se o Brasil não assegurasse que compraria do Paraguai todo o seu excedente. A Lei n. 5.899, de 1973, obrigou as empresas brasileiras distribuidoras de eletricidade a comprar a energia da usina.

E continua obrigando. No dia 20 de novembro de 2008, o site da ANEEL oferecia aos interessados uma “Nota Técnica” sob a seguinte rubrica: “Definição dos montantes de potência contratada e energia vinculada de Itaipu a serem comercializadas pelas empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica em 2009 e as respectivas cotas-parte para 2014”. No prosseguimento, a “Nota Técnica” lista 31 empresas de energia, entre elas a Cemig, de Minas Gerais, a Copel, do Paraná, a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e outras 28 distribuidoras de energia.

Ou seja, quem está pagando a conta são os consumidores dessas empresas. Foi a existência desse mercado cativo, durante anos, que viabilizou os créditos internacionais para a construção da obra. Resultado dessa par-

ceria: hoje a usina está avaliada em US\$ 60 bilhões. Ela é metade do Brasil, metade do Paraguai.

Isso fica sinalizado no próprio piso da usina. Seja no maquinário enterrado nas cavernas da rocha, seja nos andares superiores até o mirante, existe sempre uma faixa amarela de forma a indicar que de um lado está o Brasil, do outro o Paraguai.

Essa faixa amarela entra pela ampla sala da diretoria e corta exatamente ao meio a mesa de reuniões. De um lado é Brasil, do outro Paraguai. E o Brasil, apesar das supostas acusações de espoliação, paga pela energia de Itaipu preços de mercado: US\$ 45,31 o MWh. Se o Paraguai insistir e reivindicar tarifas maiores, o consumidor é que será punido, no Brasil e no Paraguai.

Deveríamos ter uma política de fronteiras mais eficaz. Não interessa ao nosso país uma postura imperial se o nosso entorno vive em condições precárias. Mas há inúmeras formas de fazer isso sem mexer numa obra de concepção perfeita como Itaipu. Além do que, apesar de ter sido, tanto para o Brasil como para o Paraguai, um excelente investimento, iniciado com um capital ridículo, o empreendimento Binacional Itaipu não foi concebido como um mero negócio. E jamais se tornaria viável se os dois sócios, parceiros, ou “condôminos”, como são chamados oficialmente, chegassem às margens do majestoso rio Paraná pensando simplesmente em obter lucros.

A abordagem que viabilizou Itaipu foi inovadora exatamente na medida em que reconheceu categoricamente a igualdade de direitos dos dois países, em que pese a assimetria entre eles. Não é de hoje que se fala em reabrir as discussões do Tratado em função, principalmente, da proibição de livre comercialização com terceiros da ener-

gia gerada pela usina, e que só o Brasil teria vantagens com esse impedimento. Teríamos a prioridade na compra do excedente que o Paraguai não utiliza e faríamos isso a preços extremamente convenientes.

Essa afirmação não é exata. Em 2007, a energia de Itaipu chegou às distribuidoras brasileiras a um custo médio de R\$ 86,90 o MWh, um preço superior à tarifa ofertada pelo consórcio que venceu o leilão da hidrelétrica de Santo Antonio, no Rio Madeira, estabelecido em R\$ 78,87 o MWh. Inclusive editoriais no Paraguai chegaram a afirmar que o Brasil paga um preço aviltante de US\$ 3 o MWh. Outra mentira. Neste ano, a Eletrobrás remunerou a energia cedida pelo Paraguai a US\$ 45,31 o MWh, desconsiderados aí, obviamente, o custo do transporte, o que explica a diferença entre o que o país paga à Itaipu Binacional e o preço das distribuidoras.

Alguns tentam contrapor a essa constatação óbvia a Ata de Itaipu, também chamada de Ata das Cataratas, assinada em 1966, a qual afirma que a energia deve ser vendida a preço “justo”. Pois foi exatamente essa ata que viabilizou a construção da usina. O seu anexo C é uma peça perfeita porque é premonitória de todos os problemas que surgiriam durante seu longo percurso, previsto para ir até 2023, inclusive os que estão surgindo agora.

Talvez os críticos se esqueçam que o “preço justo” da energia de Itaipu deve remunerar, também, pelo menos meia dúzia de itens. Entre eles pagamentos dos empréstimos, custo de manutenção, custos de administração e mais os *royalties* pagos aos dois países pelo uso de seus recursos hídricos.

Foi o mercado cativo brasileiro que atraiu credores e viabilizou empréstimos para sua construção, e susten-

tou o empreendimento mesmo no período em que sua capacidade de geração era maior do que a necessidade de consumo. Foi um longo período, de 1984 a 1996, hoje felizmente superado. Vale a pena recordar que, ao começar a rodar a primeira turbina, em 5 de maio de 1984, o Brasil não tinha para quem vender a energia de Itaipu. A crise global fez com que o país, que crescia a taxas chinesas de 12% ao ano, apresentasse crescimento negativo de menos 2% do PIB.

O mesmo – e influente no Paraguai – *ABC Color* – em editorial de 22 de agosto de 2008, tenta resumir um pouco a história do relacionamento Brasil-Paraguai de maneira simplista: “O ânimo e a determinação expansionista lusitana datam desde os primórdios da colonização sul-americana. Seus expoentes mais célebres, os famosos bandeirantes, considerados heróis no Brasil, mas aqui, aventureiros bárbaros e belicosos, vinham capturar indígenas para vendê-los como mão-de-obra escrava nas plantações paulistas. Acabaram por expandir o domínio lusitano às bordas do território hispânico e *arrinconar* a província do Paraguai. Desde então o Brasil não parou de se expandir para o oeste”.

O jornal, naquele dia, anunciava a chegada à Assunção do chanceler Celso Amorim. Ao longo dos comentários, reconhece que a instalação dos “brasiguaios” foi um fator de dinamismo “no escasso desenvolvimento agropecuário que o Paraguai conseguiu nos últimos trinta anos”. E chama a atenção para Itaipu, afirmando que a região que rodeia a hidrelétrica é precisamente a preferida pelos imigrantes brasileiros. Não diz, no entanto, que foi o próprio governo Strossner quem, no início, estimulou a ocupação da margem paraguaia, então coberta por densa vegetação, por colonos brasi-

leiros, permitindo a criação de uma espécie de enclave brasileiro ao redor de Itaipu.

Chega a ser curiosa a versão do *ABC Color* para justificar o interesse brasileiro pelo seu vizinho. O jornal paraguaio admite que seu governo tem uma dívida de US\$ 20 bilhões com a empresa Itaipu Binacional, mas que essa dívida foi criada, manipulada e alimentada pelos brasileiros. Finaliza com a hipótese de que, dentro de pouco tempo, o Paraguai seria anexado ao Brasil ou mantido como um estado livre associado, como os Estados Unidos fazem com Porto Rico.